



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8221 - Trabalho Completo - XV Reunião Regional da ANPED Centro-Oeste (ANPED-CO) (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 11 - Política de Educação Superior

ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CONTEXTO DE ACIRRAMENTO DO NEOLIBERALISMO: UMA ANÁLISE DO PROUNI

Christiane Fagundes Guimarães Pereira - UFG - Universidade Federal de Goiás

Lúcia Maria de Assis - UFG - Universidade Federal de Goiás

ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CONTEXTO DE ACIRRAMENTO DO NEOLIBERALISMO: UMA ANÁLISE DO PROUNI

A Educação Superior no Brasil, em comparação a outros países da América Latina que estiveram na posição de colônia, se desenvolve de forma tardia, inicialmente voltada à formação liberal das elites da época por meio de cátedras isoladas (CUNHA, 2000). Quando começa a se estruturar a Educação Superior como a conhecemos hoje, observamos o início da expansão do sistema e sua abertura a atores privados, o que abre precedente, de certa forma, às tendências atuais de intensificada expansão da rede privada em detrimento da rede pública (SAMPAIO, 1991).

A partir de 1990, com a Reforma do Estado brasileiro durante os dois mandatos do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), atendendo à cartilha do Consenso de Washington de cunho neoliberal, observa-se a expansão, flexibilização e privatização da educação superior brasileira, passando de cerca de 894 Instituições de Educação Superior (IES) em 1994 para 1.637 IES em 2002, sendo 164 públicas (19%) e 1.420 privadas (81%), o que configura um aumento de 83%. A redução do tamanho do Estado por meio da privatização de instituições e empresas públicas tornou-se a grande marca deste governo.

Já no primeiro mandato no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), um dos programas criado foi o Programa Universidade para Todos - Prouni, corolário do compromisso assumido na campanha de ampliar o acesso dos jovens das classes trabalhadoras à educação superior, sem contudo romper com o processo de expansão privada iniciada por FHC. Pode-se dizer que o Prouni visa atender tanto às demandas da sociedade pela ampliação do acesso aos cursos superiores quanto aos empresários da educação, que vinham lidando com excesso de vagas ociosas e inadimplência (CARVALHO, 2006).

Considerando este contexto marcado pelas contradições e controvérsias do Prouni,

elegeram-se este como objeto deste estudo por tratar-se de uma política de acesso à educação superior que, em que pese as suas contribuições como mecanismo de inclusão de pessoas pobres na educação superior, contribuiu de maneira importante na canalização de recursos públicos para o setor privado por meio da renúncia de receita. Tendo em vista este cenário, bem como a natureza do Prouni e as suas contradições, questiona-se o papel do Prouni no processo de democratização do acesso à educação superior no Brasil, principal objetivo declarado desta política.

O objetivo geral da pesquisa é investigar e desvelar as contradições apresentadas pelo programa, bem como as suas contribuições e limitações, no contexto de acirramento do neoliberalismo e das desigualdades sociais no Brasil. Quanto à metodologia possui natureza bibliográfica e documental, contemplando uma abordagem dialética da realidade, em que não se desvincula fenômeno estudado do seu contexto político, histórico e social. Os procedimentos metodológicos consistiram na análise do Prouni à luz do quadro teórico selecionado e da revisão de literatura online, subsidiada pelos dados estatísticos da Educação Superior, bem como a análise da legislação concernente ao programa.

O Prouni foi instituído por meio da Lei nº 11.096, de 2005, e determina a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais (50% ou 25%) a estudantes egressos do Ensino Médio, em cursos de graduação ou sequenciais ofertados por instituições privadas de ensino superior, desde que sua renda familiar mensal não ultrapasse 1½ salário-mínimo, no caso das bolsas integrais, e 3 salários-mínimos no caso de bolsas parciais. As bolsas se destinam a estudantes que cursaram o ensino médio completo em rede pública ou como bolsista integral na rede privada, a estudantes portadores de deficiência e a professores da rede pública de ensino independentemente da renda. O programa reserva bolsas às pessoas com deficiência e aos autodeclarados pretos, pardos ou índios que se enquadrem nos critérios de seleção do programa, o que confere ao Prouni o caráter de Política Afirmativa. A seleção se dá inicialmente pelos resultados e perfil socioeconômico do ENEM, e na etapa final pelos critérios da própria instituição. É possibilitado ao bolsista parcial financiar pelo FIES as parcelas das mensalidades não contempladas pela bolsa, desde que a instituição tenha aderido também ao FIES. A instituição que aderir ao Prouni fica isenta, no período de vigência da adesão, de alguns impostos e contribuições.

O Prouni faz parte de um conjunto de ações voltadas à ampliação do acesso à educação superior, anunciado como “carro-chefe na democratização da educação superior brasileira” (CATANI, HEY E GILIOLI, 2006, p. 126), e se encontra no centro das discussões sobre a relação público/privado, a privatização e a mercantilização da educação superior, algumas das estratégias defendidas pelos adeptos ao neoliberalismo. Cabe ressaltar que para o ideário neoliberal, as políticas sociais são consideradas entraves ao desenvolvimento (HOFLING, 2001). No Brasil, o acirramento do neoliberalismo se constituiu indiretamente por meio da atuação do Estado, em concordância com as exigências da dinâmica capitalista (POCHMANN, 2017). Dessa forma, considerando-se o Estado brasileiro como neoliberal e assumindo-se a hipótese de que cada governo, com seus respectivos projetos, assume posições que interferem na criação e condução de políticas públicas educacionais, posições que trazem em seu bojo influências de determinações internacionais, infere-se que a ideologia neoliberal se mostra presente em todos os governos e em todas as políticas, com maior ou menor adesão por parte do governo em vigência.

Muito embora se configure como um elemento fundamental da estratégia de sustentação da expansão do setor privado-mercantil, por meio de “repases” de recursos públicos ao setor privado, na forma de renúncias fiscais (PINTO, 2016; HAAS; PARDO, 2017; CARVALHO, 2006), ao programa cabe o mérito de ampliar o acesso à educação superior às camadas populares da população que, devido à grande concorrência entre os

candidatos a vagas nas IES públicas, sobretudo nos cursos de alta demanda, às suas condições objetivas e às desigualdades estruturais da sociedade brasileira, não alcançam uma vaga em instituições públicas nem tampouco conseguem pagar por uma vaga em instituições privadas. Desde sua criação, em 2005, até 2018, foram ofertadas pelo programa um total de 2.474.435 bolsas. As políticas mais recentes voltadas à democratização e ampliação do acesso, dentre elas o Prouni, são responsáveis pela inclusão de grupos historicamente excluídos e já se começa a alterar o perfil do estudante de graduação (RISTOFF, 2014).

A educação superior, no entanto, ainda é excludente e mesmo com as medidas de ampliação do acesso, Prouni incluso, permanece inacessível a uma grande parcela da população, pois os programas de expansão do acesso não são capazes de alterar as desigualdades estruturais que permeiam a sociedade brasileira. A democratização do acesso à educação superior não se garante apenas com o acesso do estudante a um curso superior; precisa ser pensada de maneira aprofundada, considerando todos os níveis da educação, bem como a permanência do estudante e a qualidade da educação ofertada. No entanto, a condenação do Prouni sob o argumento de que se trata apenas de mais uma política neoliberal nega a legitimidade do programa que garante, àqueles que conseguem permanecer no sistema, o benefício de uma chance de ascensão social (CARVALHO, 2006).

Não obstante, em um cenário histórico, social, econômico e político em que os interesses mercantis se revestem de importância enquanto políticas de cunho social são consideradas entraves ao desenvolvimento, mesmo que haja interesse, por parte do poder público, de garantir políticas que sejam capazes de dirimir, ou até mesmo atenuar, as desigualdades estruturais da sociedade brasileira, esbarra-se em questões mais profundas, de ordem histórica, que uma política ou mesmo um conjunto de políticas não é capaz de resolver. As desigualdades no Brasil são produto de construção histórica, cuja reparação não depende de uma ou outra política, o que não significa que elas não devem existir.

No cenário de acirramento do neoliberalismo, ao refletirmos que o próprio Estado brasileiro se constitui em convergência com as demandas dos organismos internacionais, à mercê do “Deus Mercado” e dos interesses de grandes impérios mercantis, soa impossível a efetivação de políticas nos moldes defendidos pela literatura: uma educação inteiramente pública, gratuita e de qualidade, atendendo integralmente a todas as necessidades de reparação de desigualdades e garantindo com equidade o acesso a todos. O neoliberalismo se manifesta em todo o fazer político, especialmente nas políticas sociais, que para os defensores do credo neoliberal são nada mais do que entraves ao desenvolvimento pois vão de encontro ao discurso do merecimento e da meritocracia. Questiona-se, portanto: não fosse nos moldes do Prouni, haveria possibilidade de uma política que atendesse à necessidade emergente de acesso? Há possibilidade de não dialogar com os interesses privado-mercantis?

Dessa maneira, conclui-se com este estudo que é necessária a análise relativizada e cuidadosa do programa, devido às contradições e limitações que apresenta, o contexto de sua criação em meio ao acirramento da ideologia neoliberal e da influência de organismos multilaterais, e considerando-se ainda a disputa de interesses que permeia a agenda política no Brasil. Quando pensamos em democratização, em especial em democratização da educação superior, portanto, devemos pensar de forma processual e contextualizada. Não é possível afirmar que a política x ou y democratiza ou não a educação superior, pois uma política se efetiva em meio a interesses políticos contraditórios. A concessão de políticas reparadoras, como se fossem um “privilégio” e não uma tentativa de garantir aquilo que deveria ser direito de todos, sem distinção de raça, credo ou cor, acaba por se resumir a isso: uma concessão.

Palavras-Chave: Prouni. Acesso à Educação Superior. Democratização. Neoliberalismo.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, C. H. A. O ProUni no governo LULA e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. **Educ. & Soc.**, Campinas, v. 27, n. 96 - Especial, p. 979-1000, out. 2006.
- CATANI, A. M.; HEY, A.; GILIOLI, R. S. P. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 125-140, 2006.
- CUNHA, L. A. Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, E. M. T., FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000.
- HAAS, C.M.; PARDO, R. S. Programa Universidade para Todos (PROUNI): efeitos financeiros em uma instituição de educação superior privada. **Avaliação** (Campinas), Sorocaba, v. 22, n. 3, p. 718-740, dez. 2017.
- HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, nov. 2001.
- PINTO, J. M. R. Uma análise da destinação dos recursos públicos, direta ou indiretamente, ao setor privado de ensino no Brasil. **Educ. & Soc.**, Campinas, v. 37, n. 134, p. 133-152, mar. 2016.
- POCHMANN, M. Estado e capitalismo no Brasil: a inflexão atual no padrão das políticas públicas do ciclo político da Nova República. **Educ. & Soc.**, 2017, vol. 38, n. 139, p. 309-330.
- RISTOFF, Dilvo. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. **Avaliação** (Campinas), 2014, vol.19, n.3, p. 723-747.